



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE
SANTA CATARINA - 11ª REGIÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

FLORIANÓPOLIS -SC – 2015

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - 11ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 72/2013, da DN TCU 146/2015 e Portaria TCU nº321/2015.

LISTA DE SIGLA E ABREVIACÕES

ART. - Artigo

CEFISP - Comissão de Ética e Fiscalização Profissional

CF - Constituição Federal

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

COAPIN - Comissão de Análise de Processos de Inscrição

COFECI - Conselho Federal de Corretores de Imóveis

CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis

DF - Distrito Federal

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

IN - Instrução Normativa

IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo

NBC - Normas Brasileira de Contabilidade

SC - Santa Catarina

SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

LISTA DE QUADROS E TABELAS

- Quadro 01 - Informações sobre as Áreas Estratégicas
- Quadro 02 - Distribuição dos Projetos e Ações de 2015 pelos Objetivos Estratégicos
- Quadro 03 - Execução da Despesa
- Quadro 04 - Previsão da Arrecadação por Natureza
- Quadro 05 - Despesa por Grupo e Elemento de Despesa
- Quadro 06 - Programação de Despesas
- Quadro 07 - Despesa por Modalidade de Contratação
- Quadro 08 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Quantidade
- Quadro 09 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Valores (R\$ 1,00)
- Quadro 10 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas
- Quadro 11 - Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013 - TCU - Plenário
- Quadro 12 - Força de Trabalho
- Quadro 13 - Distribuição de Lotação Efetiva
- Quadro 14 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
- Quadro 15 - Quantidade de Servidores por Faixa Etária
- Quadro 16 - Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade
- Quadro 17 - Despesas com Pessoal

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura I - Organograma Funcional

Figura II - Sistema de Governança

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Relatório de Auditoria

ANEXO II - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

SUMÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO	01
Capa	01
Folha de Rosto	02
Lista de Sigla e Abreviações	03
Lista de Quadros e Tabelas	04
Lista de Figuras e Gráficos	05
Lista de Anexos	06
Sumário	07
2 – APRESENTAÇÃO	10
3 – VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
3.1 – Finalidade e Competências	11
3.2 – Norma e Regulamentação de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	11
3.3 – Breve Histórico da Entidade	11
3.4 – Organograma	11
4 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS	14
ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL	
4.1 – Planejamento Organizacional	14
4.1.1 – Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	14
4.1.2 – Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	15
4.2 – Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos	16
4.3 – Desempenho Orçamentário	17
4.3.1 – Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	18
4.3.2 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	22
4.3.3 – Informações Sobre a Realização das Receitas	22
4.3.4 – Informações Sobre a Execução das Receitas	25
4.4 – Desempenho Operacional	28
4.5 Gestão de Multas Aplicadas em Decorrência da Atividade de Fiscalização	29
4.6 – Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	32

5 - GOVERNANÇA	34
5.1 – Descrição das Estruturas de Governança	34
5.2 – Informações Sobre Dirigentes e Colegiados	34
5.3 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna	36
5.4 – Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	36
5.5. – Gestão de Riscos e Controles Internos	36
5.6 – Política de Remuneração dos Administrativos e Membros de Colegiados	36
5.7 – Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada	37
6 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	38
6.1 – Canais de Acesso do Cidadão	38
6.2 – Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	38
6.3 – Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	38
6.4 – Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	38
7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	39
7.1 – Desempenho Financeiro no Exercício	39
7.2 – Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização E da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	39
7.3 – Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	39
7.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas	39
8 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	41
8.1 – Gestão de Pessoas	41
8.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade	41
8.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal	42
8.1.3 – Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	44
8.1.4 – Contratação de Mão de Obra Temporária	44
8.2 – Gestão da Tecnologia da Informação	44
8.2.1 – Principais Sistemas de Informações	44
9 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	46
9.1 – Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	46
9.2 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	46
9.3 – Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	46

10 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	47
ANEXOS	48
ANEXO I – Relatório Auditoria	48
ANEXO II – Relatórios Contábeis e Notas Explicativas	51

2 - APRESENTAÇÃO

O Relatório da Gestão 2015 possui como escopo demonstrar as atividades realizadas pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina durante o exercício. O presente relatório está estruturado de acordo com o previsto no disposto no art. 70 da CF, bem como na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, DN TCU nº 146/2015, Portaria TCU nº 321/2015 e demais orientações do órgão de controle interno.

Concomitantemente, este trabalho torna-se uma prestação de contas à todos os Corretores de Imóveis catarinenses e a sociedade em geral pois, poderão visualizar e examinar como foi realizada a aplicação e administração dos recursos geridos pelo CRECI – 11ª Região/SC.

O principal foco da gestão durante o exercício de 2015 foi melhorar a eficiência da administração do CRECI – 11ª Região/SC, por meio da integração com as Delegacias Regionais espalhadas pelo estado, e aumento da visibilidade dos resultados alcançados em favor dos inscritos. Como resultado deste trabalho, estamos demonstrando a sociedade e aos Corretores de Imóveis a lisura e transparência na aplicação dos recursos.

No âmbito do Sistema COFECI/CRECI compete ao Conselho Regional o registro e a fiscalização do exercício profissional, seja ele pessoa física ou jurídica.

Entre os projetos desenvolvidos durante o exercício de 2015, salientamos como principais realizações: Apoio e realização de Palestras de capacitação profissional espalhadas por todo estado de Santa Catarina, Solenidades de Entrega de Credencial, celebração de convênios com prefeituras municipais, visando uma maior participação do Corretor de Imóveis nos Planos Diretores das cidades e implantação de novo Sistema informatizado de gestão para o Conselho.

A grande dificuldade ainda reside na estruturação física e de pessoal. A atual sede do CRECI – 11ª Região/SC já não mais comporta o número necessário de empregados, a fim de prestar um serviço célere e eficiente aos seus inscritos. Diante disso, o Conselho adquiriu através de processo licitatório um novo Centro Administrativo em 2013, que ficou pronto no início de 2016. Assim, planeja mudar para as novas instalações até o final de 2016 ou início de 2017. Quanto a dificuldade de contratação de pessoal, todos os Conselhos vivem o mesmo impasse jurídico quanto ao regime de contratação de pessoal, havendo entendimentos conflitantes nos diversos órgãos de controle sobre a contratação ser realizada através da CLT ou pelo Regime Jurídico Único. Enquanto não houver uma decisão definitiva sobre o assunto, o CRECI – 11ª Região/SC, por precaução, não realiza contratação de pessoal.

Desse modo, o presente relatório está estruturado em 11 (onze) partes que é apresentado da seguinte forma: Elementos pré-textuais; Apresentação; Visão geral da unidade; Planejamento Organizacional e desempenho orçamentário e operacional; Governança; Relacionamento com a sociedade; Desempenho financeiro e informações contábeis; Áreas especiais da gestão; Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; Outras informações relevantes e anexos e apêndices.

3 – VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 – Finalidade e competências

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina (CRECI - 11ª Região/SC) tem como sua principal finalidade e competência:

- a) Orientar, supervisionar e fiscalizar o exercício da profissão;
- b) Zelar pelo prestígio e bom nome da profissão e dos profissionais que a exercem;
- c) Organizar e manter o registro profissional.

3.2 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O CRECI - 11ª Região/SC foi criado pela Resolução COFECI nº 50/73, publicada em DOU do dia 16/02/1973, tendo como base legal o inciso IV, art. 16 da Lei Federal nº 6.530/78, regulamentada pelo inciso VII, art. 10 do Decreto Federal nº 81.871/78. A Lei Federal nº 10.795/2003 publicada em DOU nº 238, seção 1, fls.1, 08.12.2003, altera os arts. 11 e 16 da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a eleição nos Conselhos Regionais e fixar valores máximos para as anuidades devidas pelos inscritos nessas entidades.

3.3 – Breve histórico da entidade

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina é uma Autarquia Federal com personalidade jurídica de Direito Público, está situada na Rua: Trajano, nº 279, no bairro Centro da cidade de Florianópolis, sede própria fundada em 1973.

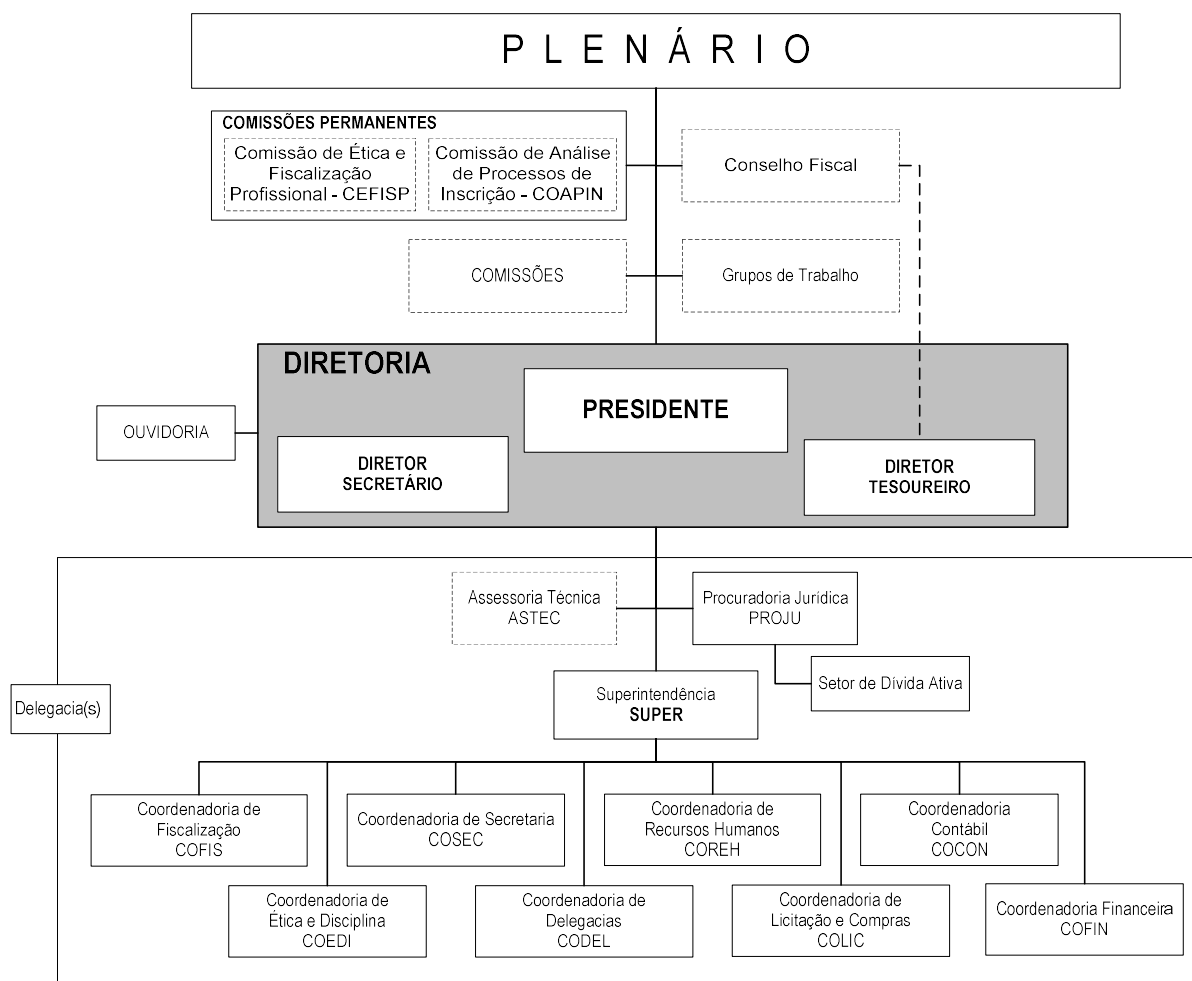
O CRECI 11ª Região/SC tem como função a regulamentação e fiscalização da profissão de corretor de imóveis, bem como a imobiliárias, sendo vinculado ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis em Brasília / DF.

A profissão de corretor de imóveis foi regulamentada pela primeira vez em 1962, pela Lei Federal nº 4.116, quando se exigia dos profissionais de corretagem apenas que fizessem seus registros nos Conselhos Regionais.

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina CRECI 11ª Região/SC é uma Autarquia Federal, com poderes delegados pela União, para credenciar e fiscalizar o exercício da profissão de Corretores de Imóveis, sendo o seu público alvo a sociedade em geral.

3.4 – Organograma

Figura I - Organograma Funcional



Fonte: Ato Normativos Nº 073/2012 – CRECI – 11ª Região/SC

Quadro 01 - Informações sobre as Áreas Estratégicas

Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de Atuação
Presidente	Responsável por orientar, coordenar e adotar as medidas necessárias à realização de serviços e atividades e das finalidades da Entidade, bem como sua administração.	Carlos Josué Beims	Presidente	01/01/2013 à 31/12/2015
Diretor Tesoureiro	Movimentar, com o Presidente, contas bancárias, assinando cheques e o que mais for exigido para o citado fim. Assinar também com o Presidente, balanços e prestações de contas e supervisionar, nos seus aspectos formais todas as atividades econômicas e financeiras do CRECI, orientando, nesta atribuição, a Diretoria e o Plenário.	Silvério Simoni	Diretor Tesoureiro	01/01/2013 à 31/12/2015

Diretor Secretário	Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa, assinar com o Presidente atos oficiais e normativos decorrentes de decisões do Plenário e da Diretoria, secretariar reuniões, fazer verificação de quorum, elaborar anualmente o Relatório da Diretoria, organizar e manter atualizado registro de profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Regional, bem como providenciar, através de sorteio manual ou eletrônico, a distribuição dos processos a serem relatados.	Heitor Maximiliano Wazlawick	Diretor Secretário	01/01/2013 à 31/12/2015
Conselho Fiscal	Examinar o balanço, balancetes, relatórios financeiros, prestações de contas e respectiva documentação, restituindo-os à Diretoria, com manifestação registrada em ata sobre sua regularidade ou não e eventuais ressalvas, para posterior apreciação do Plenário, cabendo-lhe, ainda, a análise do processo de prestação de contas anual.	Gilberto Giordani Sessin, Marcelo Rodrigo Veloso Lima e Renato Piazera Junior	Coordenador, Secretário e Relator	01/01/2013 à 31/12/2015

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 – Planejamento Organizacional

É contínua a evolução da profissão de Corretor de Imóveis e o consequente aumento do número de registros profissionais pessoas físicas e imobiliárias.

Almejando a necessidade de alcançar a excelência no desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Federal de Corretores de Imóveis estimula e apoia o desenvolvimento técnico e operacional dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, primando pela ética e qualidade na prestação de serviços à classe e à sociedade em geral.

Dessa forma, no exercício de 2015, o planejamento organizacional visava:

- a) Integração Regional;
- b) Estruturação das seis Delegacias Regionais do Estado;
- c) Nomeação de Delegados Municipais;
- d) Fiscalização abrangente e integrada ao exercício da profissão;
- e) Melhora na estruturação da Sede e Delegacias adquirindo novos móveis e equipamentos;
- f) Investimento em campanha publicitária de valorização profissional do Corretor de Imóveis;
- g) Promoção de Palestras e Eventos de capacitação profissional;
- h) Conclusão da guarda, digitalização e microfilmagem de toda massa documental do Conselho;
- i) Contratação de novos servidores para Entidade.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis com o apoio de todos os Conselheiros e da Diretoria traçou como um dos seus principais objetivos, desenvolver um trabalho de fiscalização integrada nos 295 municípios do Estado de Santa Catarina, levando a mensagem à sociedade catarinense da existência de um órgão fiscalizador e orientador da profissão de Corretor de Imóveis, garantindo dessa forma, um profissional íntegro, ético e conhecedor do mercado imobiliário.

Além disso, o CRECI - 11ª Região/SC visa:

- a) Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema COFECI/CRECI;
- b) Assegurar correta infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRECI;
- c) Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema COFECI/CRECI

- d) Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos Conselheiros e funcionários do Sistema COFECI/CRECI;
- e) Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de capacitação profissional, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade;
- f) Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos;
- g) Integrar e aperfeiçoar a Gestão do Sistema COFECI/CRECI;
- h) Robustecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe e do mercado imobiliário;
- i) Atuar como fator de proteção da sociedade; e
- j) Fortalecer a imagem do Sistema COFECI/CRECI e da profissão de Corretor de Imóveis perante a sociedade.

4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento do CRECI 11ª Região/SC contempla a consolidação dos objetivos traçados pela atual Gestão que foi reeleita para os anos de 2016 à 2018. Nesse período estão sendo realizadas atividades de acompanhamento e de verificação das metas descritas, para ajustes e adequações, em virtude de fatores intervenientes de caráter interno e externo.

Toda ação do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina é organizado em programas e projetos que visam corroborar para o pleno cumprimento dos objetivos, com a execução pela administração durante cada exercício.

De maneira ampla, essa organização possui como objetivo melhorar a eficiência da administração do CRECI – 11ª Região/SC e aumentar a visibilidade dos resultados alcançados em favor de seus inscritos, bem como demonstrar a sociedade e aos Corretores de Imóveis a lisura e transparência na aplicação dos recursos.

Portanto, os projetos utilizados pelo CRECI – 11ª Região/SC é formado por programas, atividades, ações e objetivos a serem almeçados pela Gestão, com o intuito de criar um conjunto de ações específicas que necessitam ser desenvolvidas e elaboradas, além de instituir os meios para alcançar os resultados definidos, tudo contido dentro do orçamento de maneira compatível, conforme a sua aplicabilidade.

Desse modo, foram desenvolvidos os projetos e atividades relacionando-os como os respectivos objetivos estratégicos, como demonstrado a baixo:

Quadro 02 – Distribuição dos Projetos e Ações de 2015 pelos Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico	Projetos/Ações
1. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema COFECI/CRECI	Cobrança administrativa e judicial – Corretores de Imóveis e Imobiliárias
	Anuidades, multas, taxas e emolumentos
	Despesas financeiras
	Obrigações legais

2. Assegurar correta infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRECI	Serviços Administrativos
	Comunicação e Telecomunicações
	Aquisição, instalação da Sede e Delegacias Regionais
	Modernização e manutenção da estrutura física
	Aquisição de máquinas e equipamentos móveis e utensílios
	Aquisição de veículos
	Manutenção, conservação de veículos
3. Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema COFECI/CRECI	Aquisição de bens de consumo
	Tecnologia da Informação
4. Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos Conselheiros e funcionários do Sistema COFECI/CRECI	Modernização do <i>Hardware</i> e <i>Software</i>
	Capacitação e desenvolvimento de recursos humanos
5. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de capacitação profissional, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	Registro de Corretores de Imóveis e Imobiliárias
	Fiscalização dos Corretores de Imóveis e Imobiliárias
	Fiscalização no combate ao exercício ilegal da profissão
	Promover a capacitação profissional por meio de congressos, encontros e seminários
	Promover capacitação profissional por meio de palestras
6. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	Atualização e manutenção cadastral
7. Integrar e otimizar a gestão do Sistema COFECI/CRECI	Apoio as Delegacias Regionais
8. Robustecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe e do mercado imobiliário	Representação institucional em eventos nacionais
9. Atuar como fator de proteção a sociedade	Reuniões Regimentais (Comissão de Ética e Fiscalização Profissional e Turmas Julgadoras)
10. Fortalecer a imagem do Sistema COFECI/CRECI e da profissão de Corretor de Imóveis perante a sociedade	Campanhas institucionais

4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Para o monitoramento da execução do planejamento estratégico e dos objetivos da entidade, estão sendo realizadas atividades de acompanhamento e avaliação das metas traçadas para o devido ajuste a adaptação à realidade, em virtude de fatores intervenientes de caráter interno e externo ao ambiente.

Em linhas gerais, essa estruturação visa aumentar a eficiência na administração do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina 11ª Região e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados a favor da classe, como também aumentar a transparência na aplicação de recursos.

No decorrer do exercício, o CRECI - 11ª Região/SC credenciou mais de 2.000 (dois mil) Corretores de Imóveis e fiscalizou seus credenciados, lavrando aproximadamente 30.000 (trinta mil) documentos.

Através da campanha de valorização profissional a Entidade continua recebendo da sociedade o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Este reconhecimento se dá por meio de um acréscimo de solicitações oriundas de prefeituras e órgãos públicos, para que os Corretores de Imóveis façam parte das mais diversas comissões, sejam nomeados como avaliadores pela justiça, entre outras. O órgão é bastante solicitado para celebrar convênios com instituições públicas, bem como receber diversas homenagens por todo Estado de Santa Catarina.

O principal fator que contribui para o alcance das metas estabelecidas é a gestão austera e transparente da atual Diretoria, a qual não mede esforços para realizar um planejamento orçamentário com o intuito de estruturação da entidade, fornecendo um melhor atendimento à sociedade, cumprindo dessa forma sua finalidade institucional e ao mesmo tempo desenvolvendo ações que visam capacitar o profissional de Corretor de Imóveis.

4.3 - Desempenho Orçamentário

O Orçamento do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina contempla um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão ordenados para que funcionem como instrumento de programação, controle e planejamento, fornecendo compatibilidade com as informações contábeis em sua totalidade nas receitas e despesas, cumprindo dessa forma o orçamento bruto.

O monitoramento das informações é realizado de forma sistêmica e contribui para o atendimento dos objetivos traçados "Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do órgão" e Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do CRECI - 11ª Região/SC".

A programação orçamentária deste Conselho independe do orçamento da União e suas atividades são financiadas com recursos oriundos de anuidades, emolumentos, multas, entre outras receitas previstas na legislação.

O orçamento para o exercício em questão foi estimado em R\$ 13.135.000,00 (Treze milhões cento e trinta e cinco mil reais). Sendo R\$ 13.085.000,00 (Treze milhões e oitenta e cinco mil reais) de Receitas Correntes e R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) de Receitas de Capital, e R\$ 11.788.000,00 (Onze milhões, setecentos e oitenta e oito mil reais) de Despesas Correntes e R\$ 1.347.000,00 (Um milhão, trezentos e quarenta e sete mil reais) de Despesas de Capital.

4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina não segue as diretrizes constantes na Lei Orçamentária Anual por se tratar de um Conselho de Fiscalização Profissional revestido de Autarquias Especiais, ou seja, tem-se a obrigatoriedade de cumprimento do art. 31 e 32 da Resolução COFECI 1.126/2009 - Regimento Padrão CRECI's que dispõe sobre a elaboração anual de uma Proposta Orçamentária para execução no Exercício.

Dessa forma, segue abaixo o quadro demonstrativo da execução da despesa:

Quadro 03 - Execução da Despesa

Descrição	Autorizada	Realizada no Exercício	Variação
DESPESAS CORRENTES	11.788.000,00	10.140.489,75	1.647.510,25
PESSOAL E ENCARGOS	4.446.000,00	3.871.649,07	574.350,93
PESSOAL E ENCARGOS	4.446.000,00	3.871.649,07	574.350,93
REMUNERAÇÃO PESSOAL	3.350.000,00	2.820.911,18	529.088,82
SALÁRIOS	2.350.000,00	1.834.759,13	515.240,87
GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	72.000,00	71.596,29	403,71
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	20.000,00	19.567,40	432,60
GRATIFICAÇÃO DE NATAL - 13º SALÁRIO	187.000,00	186.159,89	840,11
FÉRIAS	221.000,00	220.097,31	902,69
ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	36.000,00	35.326,73	673,27
HORAS EXTRAS	26.000,00	23.753,43	2.246,57
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	47.000,00	46.760,85	239,15
DIÁRIAS FUNCIONÁRIOS	342.000,00	334.740,00	7.260,00
AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	49.000,00	48.150,15	849,85
ENCARGOS PATRONAIS	741.000,00	735.260,33	5.739,67
INSS ENTIDADE	518.000,00	517.797,95	202,05
FGTS	190.000,00	185.439,35	4.560,65
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	33.000,00	32.023,03	976,97
BENEFÍCIOS A PESSOAL	355.000,00	315.477,56	39.522,44
VALE TRANSPORTE	50.000,00	21.759,12	28.240,88
VALE REFEIÇÃO	256.000,00	245.401,06	10.598,94
SEGUROS DE VIDA - FUNCIONÁRIOS	49.000,00	48.317,38	682,62

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	240.000,00	237.447,35	2.552,65
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	240.000,00	237.447,35	2.552,65
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	240.000,00	237.447,35	2.552,65
AUXÍLIO CRECHE	25.000,00	22.874,10	2.125,90
PLANO OU SEGURO DE SAÚDE MÉDICO	215.000,00	214.573,25	426,75
USO DE BENS E SERVIÇOS	4.488.000,00	3.679.144,71	808.855,29
MATERIAL DE CONSUMO	361.402,37	278.492,37	82.910,00
MATERIAL DE CONSUMO	361.402,37	278.492,37	82.910,00
MATERIAIS DE EXPEDIENTE	15.000,00	7.446,70	7.553,30
PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS	30.000,00	24.853,26	5.146,74
MATERIAL PARA CARTEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	33.000,00	32.170,00	830,00
BANDEIRAS, FLÂMULAS, PLACAS E ADESIVOS	5.000,00	0,00	5.000,00
MATERIAL PARA AUDIO, VÍDEO E FOTO	5.000,00	0,00	5.000,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	10.000,00	3.274,94	6.725,06
MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	0,00	5.000,00
MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	20.000,00	6.833,46	13.166,54
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	20.000,00	10.051,92	9.948,08
MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	20.000,00	18.033,93	1.966,07
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20.000,00	18.109,44	1.890,56
PRÊMIOS, DIPLOMAS E MEDALHAS	30.402,37	29.767,37	635,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	120.000,00	100.515,85	19.484,15
OUTROS MATERIAS DE CONSUMO	28.000,00	27.435,50	564,50
SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	625.000,00	428.493,33	196.506,67
DIÁRIAS	500.000,00	304.005,00	195.995,00
CONSELHEIROS EFETIVOS E SUPLENTES CONVOCADOS	500.000,00	304.005,00	195.995,00
AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO	5.000,00	4.998,33	1,67
CONSELHEIROS EFETIVOS E SUPLENTES CONVOCADOS	5.000,00	4.998,33	1,67
JETONS	120.000,00	119.490,00	510,00
CONSELHEIROS EFETIVOS E SUPLENTES CONVOCADOS	120.000,00	119.490,00	510,00

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	3.501.597,63	2.972.159,01	529.438,62
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	3.501.597,63	2.972.159,01	529.438,62
SERVIÇO DE AUDITORIA E PERÍCIA	50.000,00	35.229,60	14.770,40
SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA	16.000,00	16.000,00	0,00
SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	30.000,00	26.682,12	3.317,88
SERVIÇOS DE ASSEIO E HIGIENE	52.000,00	51.511,72	488,28
SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA	310.000,00	309.107,19	892,81
SERVIÇOS DE COPA E COZINHA	35.000,00	34.032,52	967,48
SERVIÇOS DE SEGURANÇA PREDIAL E PREVENTIVA	5.000,00	1.541,32	3.458,68
SERVIÇO DE SELEÇÃO, TREINAMENTO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	10.000,00	3.070,00	6.930,00
TAXAS E COBRANÇAS BANCÁRIAS	121.000,00	120.398,37	601,63
SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIOS	150.000,00	111.212,50	38.787,50
SERVIÇOS DE GUARDA E CONSERVAÇÃO DE ARQUIVOS	248.000,00	247.069,37	930,63
FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO	80.000,00	37.453,97	42.546,03
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	40.000,00	20.453,05	19.546,95
SEGUROS DE BENS MÓVEIS	25.000,00	21.218,91	3.781,09
SEGUROS DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	5.583,51	4.416,49
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	35.000,00	23.640,28	11.359,72
LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	80.000,00	61.488,40	18.511,60
CONDOMÍNIOS	72.000,00	70.856,33	1.143,67
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	15.000,00	11.738,00	3.262,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS	35.000,00	10.665,00	24.335,00
SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIOS E OUTRAS	90.000,00	43.634,51	46.365,49
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	35.000,00	34.588,61	411,39
SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTOS	10.000,00	3.709,00	6.291,00
POSTAGEM DE CORRESPONDÊNCIA E REMESSA DE MALOTES	152.000,00	151.664,12	335,88

SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	134.000,00	133.783,06	216,94
SERVIÇOS DE INTERNET	79.000,00	65.895,19	13.104,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	5.602,30	4.397,70
SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	129.250,00	129.131,49	118,51
IMPRESSOS GRÁFICOS	246.000,00	245.227,26	772,74
DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	150.000,00	107.870,79	42.129,21
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, JORNADAS E OUTROS EVENTOS	18.000,00	8.486,31	9.513,69
SEGUROS EM GERAL	20.000,00	19.841,59	158,41
IMPOSTOS, TAXAS, MULTAS E JUROS	10.000,00	6.187,16	3.812,84
SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS, AUTENTICAÇÕES E MICROFILMAGENS DE DOCUMENTOS	10.000,00	231,50	9.768,50
EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS	15.000,00	6.364,13	8.635,87
PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES	60.000,00	41.538,09	18.461,91
SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM HOTELEIRA	105.000,00	19.963,49	85.036,51
OUTROS ENCARGOS	15.000,00	5.736,78	9.263,22
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	20.000,00	7.870,00	12.130,00
SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO/CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	684.347,63	640.235,01	44.112,62
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	75.000,00	72.562,98	2.437,02
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	425,00	9.575,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00	2.658,48	2.341,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.614.000,00	2.352.248,62	261.751,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.614.000,00	2.352.248,62	261.751,38
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.614.000,00	2.352.248,62	261.751,38
COTA PARTE - COFECI	2.500.000,00	2.238.478,62	261.521,38
DOAÇÃO A ENTIDADES	114.000,00	113.770,00	230,00
DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	1.347.000,00	1.189.097,42	157.902,58

INVESTIMENTOS	1.347.000,00	1.189.097,42	157.902,58
OBRAS, INSTALAÇÕES	1.347.000,00	1.189.097,42	157.902,58
OBRAS, INSTALAÇÕES	1.187.000,00	1.186.543,72	456,28
OBRAS EM ANDAMENTO	1.187.000,00	1.186.543,72	456,28
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	160.000,00	2.553,70	157.446,30
MOBILIÁRIOS EM GERAL	60.000,00	0,00	60.000,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	20.000,00	2.553,70	17.446,30
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	5.000,00	0,00	5.000,00
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	60.000,00	0,00	60.000,00
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE INTERCOMUNICAÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIOS, VÍDEOS E FOTOS	5.000,00	0,00	5.000,00
APARELHOS DE FOTO-CINEMATOGRAFICOS E SOM	5.000,00	0,00	5.000,00
TOTAL:	13.135.000,00	11.329.587,17	1.805.412,83

Fonte: Comparativo Despesa Orçada com Realizada em 31/12/2015 (SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos)

4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos

Não se aplica.

4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas

A seguir será detalhada a composição da receita, sua origem, previsão e arrecadação por natureza e sua forma de partilha de receita do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina 11ª Região.

Composição

- a) Receitas de contribuições de anuidades
- b) Receitas provenientes da exploração de bens e serviços;
- c) Receitas financeiras;
- d) Outras receitas correntes; e
- e) Alienação de bens.

Origem das Receitas

- a) Receitas de Contribuições - compreende as receitas de anuidades de pessoas físicas e jurídicas;
- b) Exploração de bens e serviços - compreende a receita oriunda da inscrição de corretores de imóveis e imobiliárias, expedição de carteiras, cédulas e certificados;
- c) Receitas financeiras - compreende as receitas provenientes de juros e encargos, atualização monetária e os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras;
- d) Outras receitas correntes - compreende as receitas de multa por ausência às eleições e multas de infrações, bem como indenizações e restituições que a Entidade venha a receber; e
- e) Alienação de bens - compreende a receita com a alienação de bens móveis e imóveis.

Estes recursos são destinados ao custeio dos projetos e atividades relacionados ao credenciamento e fiscalização oferecidos no interesse da categoria de corretores de imóveis.

A previsão da receita corrente é baseada nos seguintes critérios:

- a) Receita realizada até o mês de setembro, juntamente com a projeção até o mês de dezembro;
- b) Acompanhamento da variação do número de profissionais inscritos, considerando novas inscrições e cancelamentos; e
- c) Aplicação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do período compreendido dos últimos doze meses.

Previsão e Arrecadação por Natureza

A receita total deste Conselho para o exercício de 2015 foi estimada em R\$ 13.135.000,00 (Treze milhões, cento e trinta e cinco mil reais) e a arrecadação atingiu o montante de 88,07 % da previsão, que corresponde o valor de R\$ 11.568.273,96 (Onze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos), conforme composição das receitas correntes e de capital demonstradas a seguir:

Quadro 04 - Previsão da Arrecadação por Natureza

Descrição	Prevista	Arrecadada	Realizado(%)
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	13.085.000,00	11.568.273,96	-11,59
CONTRIBUIÇÕES	7.915.000,00	8.895.554,80	12,39
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.220.000,00	1.450.251,27	-34,67
FINANCEIRAS	350.000,00	360.032,79	2,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.600.000,00	862.435,10	-66,83
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	50.000,00	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	50.000,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	13.135.000,00	11.568.273,96	-11,93

Fonte: Relatório de Gestão em 31/12/2015 (SISCAC - Sistema de Contabilidade Aplicada à Conselhos)

As receitas de contribuições representam a maior parte da arrecadação do orçamento, neste exercício ultrapassaram o total estimado em 12,39%, as receitas de exploração de bens e serviços atingiram 65,33% do total previsto, as receitas financeiras também ultrapassaram o total previsto em 2,87%, e as outras receitas correntes tiveram um índice bem abaixo do orçado inicial, que atingiu o percentual de apenas 33,17%, isso ocorreu em virtude da baixa arrecadação de dívida ativa no exercício.

Não houve alienação de bens no decorrer do ano, por este motivo não foi atingido o percentual de receitas de capital.

Partilha de Receita

Conforme disposto no art. 18 da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978 e no art. 12 do Decreto-Lei n.º 81.871, de 29 de junho de 1978 constituem receitas do Conselho Federal:

- a) A percentagem de 20% (vinte por cento) das anuidades e emolumentos arrecadados pelos Conselhos Regionais;
- b) A renda patrimonial;
- c) As contribuições voluntárias; e
- d) As subvenções e dotações orçamentárias.

Conforme disposto no art. 19 da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978 e no art. 18 do Decreto-Lei n.º 81.871, de 29 de junho de 1978 constituem receitas de cada Conselho Regional:

- a) 80% (oitenta por cento) das anuidades e emolumentos;
- b) As multas;
- c) A renda patrimonial;
- d) As contribuições voluntárias; e
- e) As subvenções e dotações orçamentárias.

A renda prevista nos instrumentos legais citados acima é realizada pelos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis e repassada ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI, a título de cota-parte.

4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas

A seguir será detalhada a composição da despesa, sua origem e sua apresentação por grupo e elemento da despesa.

Composição

- a) Pessoal e Encargos;
- b) Benefícios Assistenciais;
- c) Uso de Bens e Serviços;
- d) Transferências Correntes; e
- e) Investimentos.

Origem das Despesas

- a) Pessoal e Encargos - compreende as despesas com pessoal englobando os encargos legais;
- b) Benefícios Assistenciais - compreende as despesas com benefícios concedidos a pessoal em conformidade com o plano de cargos e salários e acordo coletivo;
- c) Uso de Bens e Serviços - compreende as despesas com aquisição de material e serviços para o funcionamento da Entidade;
- d) Transferências Correntes - compreende as despesas com doações a Entidades e repasse de Cota-Parte ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis; e
- e) Investimentos - compreende as despesas de capital para aquisição de bens móveis e imóveis.

Despesa por Grupo e Elemento da Despesa

As despesas são fixadas em conformidade com seu grau de relevância e prioridade e são realizadas de acordo com o planejamento traçado.

A despesa total deste Conselho para o exercício de 2015 foi fixada em R\$ 13.135.000,00 (Treze milhões, cento e trinta e cinco mil reais) e atingiu o montante realizado de 86,25% da previsão, que corresponde o valor de R\$ 11.329.587,17 (Onze milhões trezentos e vinte e nove mil quinhentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos).

A seguir, é detalhada a ocorrência de despesas por grupo e elemento entre os dois últimos exercícios:

Quadro 05 - Despesa por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas Correntes						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesa de Pessoal	4.126.123,06	3.613.393,69	4.109.096,42	3.597.181,16	4.109.096,42	3.597.181,16
REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.821.035,20	2.464.249,59	2.820.911,18	2.462.260,43	2.820.911,18	2.462.260,43

ENCARGOS PATRONAIS	735.260,33	643.295,55	735.260,33	643.295,55	735.260,33	643.295,55
BENEFÍCIOS A PESSOAL	332.380,18	293.028,81	315.477,56	278.805,44	315.477,56	278.805,44
Demais elementos do grupo	237.447,35	212.819,74	237.447,35	212.819,74	237.447,35	212.819,74
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	6.119.149,21	7.090.962,15	6.031.393,33	6.961.566,82	6.031.310,13	6.961.566,82
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS	3.007.588,22	4.089.287,33	2.972.159,01	4.030.030,31	2.972.075,81	4.030.030,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.352.248,62	2.138.755,48	2.352.248,62	2.138.755,48	2.352.248,62	2.138.755,48
DIÁRIAS	321.320,00	460.147,00	304.005,00	396.052,00	304.005,00	396.052,00
Demais elementos do grupo	437.992,37	402.772,34	402.980,70	396.729,03	402.980,70	396.729,03
Despesas de Capital						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	1.189.097,42	2.386.491,00	1.189.097,42	2.386.491,00	1.189.097,42	2.386.491,00
OBRAS, INSTALAÇÕES	1.186.543,72	2.233.990,50	1.186.543,72	2.233.990,50	1.186.543,72	2.233.990,50
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.553,70	122.500,50	2.553,70	122.500,50	2.553,70	122.500,50
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JÁ CONTRATADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatório de Gestão em 31/12/2015 (SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos)

As despesas correntes representam cerca de 89,50% do total das despesas realizadas, que são despesas usuais e normais para custear a manutenção da Entidade e as despesas de capital representam o montante de 10,50% do total das despesas, que foram investimentos realizados através da aquisição de bens móveis e imóveis em favor deste Conselho.

Comparativamente com o exercício anterior observa-se que as despesas correntes e de capital no exercício de 2015 tiveram um decréscimo em relação ao exercício de 2014.

Logo abaixo, será detalhado a programação das despesas correntes e de capital:

Quadro 06 - Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			4.755.000,00	0,00	6.670.000,00	
CRÉDITOS	Suplementares		185.000,00	0,00	662.000,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		254.000,00	0,00	230.000,00	
	Outras Operações		0,00	0,00	0,00	
Dotação Final 2015 (A)			4.686.000,00	0,00	7.102.000,00	
Dotação Final 2014 (B)			3.627.000,00	0,00	7.116.990,00	
Variação (A/B-1)*100			29,20	0,00	-0,21	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			1.510.000,00	0,00	0,00	200.000,00
CRÉDITOS	Suplementares		187.000,00	0,00	0,00	215.000,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		350.000,00	0,00	0,00	415.000,00
	Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação Final 2015 (A)			1.347.000,00	0,00	0,00	0,00
Dotação Final 2014 (B)			2.396.746,89	0,00	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100			-43,80	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatório de Gestão em 31/12/2015 (SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos)

Fica evidenciado no quadro que não houve nenhum acréscimo no orçamento em relação à dotação inicial. Ocorreu que, no decorrer do exercício foi realizado um total de quatro reformulações orçamentárias utilizando o recurso Remanejamento de Dotações que nada mais é que a mutação de recursos de uma rubrica para outra, sem acréscimo orçamentário.

Na sequência, é evidenciada a distribuição de despesa por modalidade de contratação e comparada com os dois últimos exercícios:

Quadro 07 - Despesa por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.840.545,51	2.894.480,39	1.840.545,51	2.894.480,39
a) Convite	38.429,60	115.640,40	38.429,60	115.640,40
b) Tomada de preços	651.136,86	1.352.001,95	651.136,86	1.352.001,95
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.150.979,05	1.426.838,04	1.150.979,05	1.426.838,04
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	1.349.483,47	2.329.521,96	1.349.483,47	2.329.521,96
h) Dispensa	162.939,75	95.531,46	162.939,75	95.531,46
i) Inexigível	1.186.543,72	2.233.990,50	1.186.543,72	2.233.990,50
3. Regime de Execução Especial	90.365,94	144.951,64	90.365,94	144.951,64
j) Suprimento de fundos	90.365,94	144.951,64	90.365,94	144.951,64
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.192.663,16	3.794.685,95	4.192.663,16	3.794.685,95
k) Folha de Pagamento	3.888.658,16	3.398.633,95	3.888.658,16	3.398.633,95
l) Diárias	304.005,00	396.052,00	304.005,00	396.052,00
5. Outros	3.856.529,09	3.781.599,04	3.047.652,42	3.091.050,35
6. Total (1+2+3+4+5)	11.329.587,17	12.945.238,98	10.520.710,50	12.254.690,29

Fonte: Relatório de Gestão em 31/12/2015 (SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos)

A análise do quadro acima destaca o montante de despesas realizadas no exercício e devidamente distribuídas por diversas modalidades de contratação, entre elas:

- a) Modalidade de licitação;
- b) Contratações diretas;
- c) Regime de execução especial (Suprimento de Fundos); e
- d) Pagamento de Pessoal (Folha de pagamento e diárias).

4.4 - Desempenho Operacional

O CRECI - 11ª Região/SC não possui uma ferramenta de gestão de indicadores de desempenho que auxilie no acompanhamento dos objetivos estratégicos da Entidade.

As ações deste Conselho em sua maioria se concretizam tempestivamente, através do empenho dos Conselheiros e funcionários para cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

4.5 - Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

As multas aplicadas no âmbito da Entidade são aquelas decorrentes das atividades de fiscalização por infrações cometidas por profissionais.

A gestão dos processos referentes às multas de infração é efetuada pela coordenadoria de ética e disciplina e pela coordenadoria financeira e estão em conformidade com a Resolução COFECI nº 146/82.

A seguir serão demonstrados alguns quadros referentes ao acompanhamento de multas no Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina 11ª Região:

Quadro 08 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Quantidade

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade																			
QUANTIDADES DE MULTAS																			
Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação	
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período Competência	
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		2015	2014
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	309	96		0		0		0		0		213		213		0		309	-
2014	392	6	134	0	0	0	0	0	0	0	0	252	258	252	258	0	0	392	392
Total	701	102	134	0	0	0	0	0	0	0	0	465	258	465	258	0	0	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		701	392																

Quadro 09 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Valores (R\$ 1,00)

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)															
Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competência	
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	382.563,00	-	-	68.304,00	-		-		-	314.259,00	-		-	382.563,00	-
2014	490.174,50	-		4.225,00	121.654,06					364.295,44	368.520,44			490.174,50	490.174,50
Total	872.737,50	0,00	0,00	72.529,00	121.654,06	0,00	0,00	0,00	0,00	678.554,44	368.520,44	0,00	0,00	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				872.737,50	490.174,50										

Quadro 10 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	68.304,00	
2014	4.225,00	121.654,06
Total	72.529,00	121.654,06

Quadro 11 - Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário

Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	465	258
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	465	258
	%	Físico	a/b x100	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	701	392
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
	R\$	Canceladas	c	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	872.737,50	490.174,50
	%	Financeiro	c/d x 100	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	701	392
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
	R\$	Suspensas	c	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	872.737,50	490.174,50
	%	Financeiro	c/d x 100	0,00%	0,00%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	102	134
	Qtde	Aplicadas	b	701	392
	%	Físico	a/b x 100	14,55%	34,18%
	R\$	Arrecadadas	c	72.529,00	121.654,06
	R\$	Aplicadas	d	872.737,50	490.174,50
	%	Financeiro	c/d x 100	8,31%	24,82%

4.6 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O CRECI - 11ª Região/SC não possui uma ferramenta que possa auferir os objetivos traçados para Entidade. Toda ação é organizada em programas e projetos que visam corroborar para

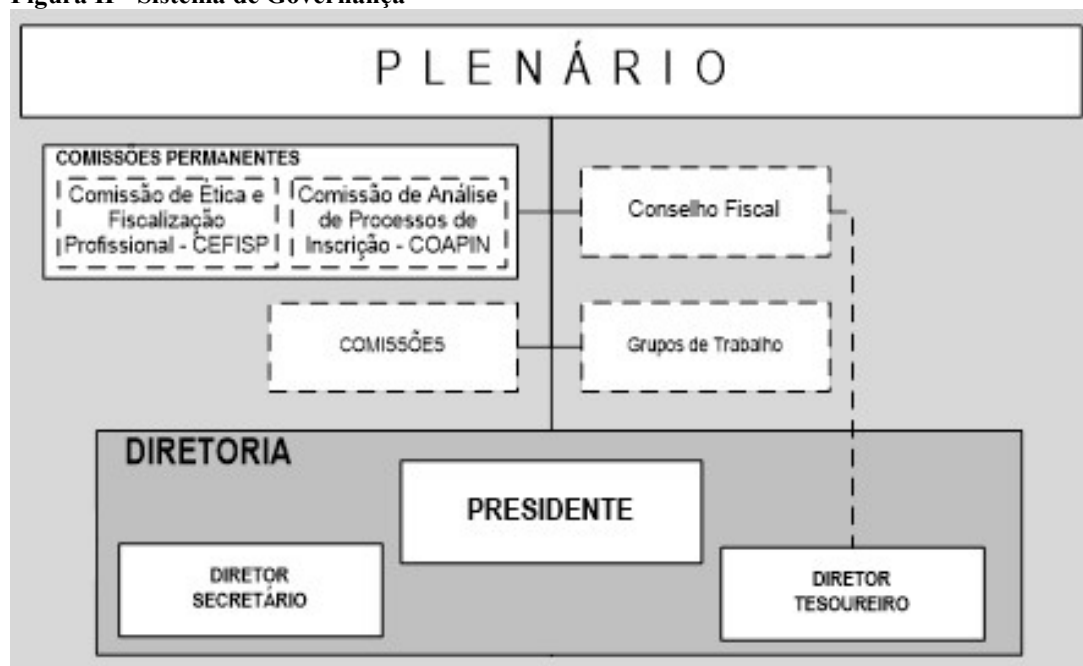
o cumprimento dos objetivos. Para o monitoramento da execução do planejamento são realizadas atividades de acompanhamento e avaliação das metas traçadas.

5 – GOVERNANÇA

5.1 - Descrição das estruturas de governança

Governança corporativa é o sistema por meio do qual se exerce e se monitora o controle nas entidades. É o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. No CRECI - 11ª Região/SC o sistema de governança apresenta a seguinte estrutura:

Figura II - Sistema de Governança



Fonte: Ato Normativos Nº 073/2012 – CRECI – 11ª Região/SC

5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados

A estrutura organizacional do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina compõe-se de:

Plenário

Caracteriza-se por ser o órgão máximo de orientação, controle e disciplinamento normativo do CRECI - 11ª Região/SC. É constituído por 27 (vinte e sete) Conselheiros efetivos e 27 (vinte e sete) Conselheiros suplentes.

Diretoria

É construída por 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes, 2 (dois) Diretores Secretários e 2 (dois) Diretores Tesoureiros, que exercem seus mandatos concomitantemente com a de Conselheiro Regionais. Cada cargo de Diretoria é responsável por:

a) Presidente: Orientar, coordenar e adotar as medidas necessárias à realização de serviços e atividades e das finalidades da Entidade, bem como sua administração.

b) Diretor Secretário: Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa, assinar com o Presidente atos oficiais e normativos decorrentes de decisões do Plenário e da Diretoria, secretariar reuniões, fazer verificação de quórum, elaborar anualmente o Relatório da Diretoria, organizar e manter atualizado registro de profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Regional, bem como providenciar, através de sorteio manual ou eletrônico, a distribuição dos processos a serem relatados.

c) Diretor Tesoureiro: Movimentar, com o Presidente, contas bancárias, assinando cheques e o que mais for exigido para o citado fim. Assinar também com o Presidente, balanços e prestações de contas e supervisionar, nos seus aspectos formais todas as atividades econômicas e financeiras do CRECI, orientando, nesta atribuição, a Diretoria e o Plenário.

Conselho Fiscal

É composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Compete ao Conselho Fiscal examinar o balanço, balancetes, relatórios financeiros, prestações de contas e respectiva documentação, restituindo-os à Diretoria, com manifestação registrada em ata sobre sua regularidade ou não e eventuais ressalvas, para posterior apreciação do Plenário, cabendo-lhe, ainda, a análise do processo de prestação de contas anual.

Comissão de Ética e Fiscalização Profissional - CEFISP

A Comissão de Ética e Fiscalização Profissional - CEFISP compõe-se de tantos membros quantos entender necessários o Presidente do CRECI para a consecução de seus objetivos, por ele nomeados através de Portaria específica, dentre os corretores de imóveis não pertencentes ao quadro de Conselheiros Regionais efetivos, exceção de seu Coordenador Geral, que será sempre um Conselheiro, efetivo ou suplente.

A CEFISP tem como atribuição julgar, em primeira instância, os processos originados de Auto de Infração, podendo diligenciar, proceder a oitivas, citações, notificações e todos os demais atos necessários ao cumprimento de seu desiderato, bem como apreciar e elaborar relatório sobre o mérito e sanções eventualmente aplicáveis nos processos originados de Termo de Representação e do exercício ilegal da profissão.

Comissão de Análise de Processos de Inscrição - COAPIN

A Comissão de Análise de Processos de Inscrição-COAPIN, compõe-se de 5 (cinco) membros, corretores de imóveis pertencentes ou não ao quadro de Conselheiros Regionais, nomeados pelo Presidente do CRECI através de Portaria específica.

A COAPIN tem como atribuição opinar, inclusive no que diz respeito à autenticidade documental, quanto à regularidade ou não dos processos de:

I - pedido de inscrição de pessoas físicas e jurídicas;

II - registro de estágio de estudantes de curso de formação de corretores de imóveis.

Comissões e Grupos de Trabalho

As Comissões e Grupos de Trabalho criados pelo Presidente desempenharão tarefas permanentes ou eventuais que por ele lhes forem atribuídas.

5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna (deve informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre):

O CRECI - 11ª Região/SC possui como único órgão de auditoria interna o Conselho Fiscal, estabelecido pela Resolução COFECI nº 1.126/09.

O Conselho Fiscal reúne-se no mínimo a cada trimestre, exarando ao final dos trabalhos uma ata discriminando todo trabalho realizado e eventuais recomendações à Diretoria e Presidência em relação aos balancetes, relatórios financeiros, prestações de contas e respectiva documentação. Toda e qualquer documentação do Conselho Fiscal à Presidência, Diretoria e Plenário é feita através do protocolo e envio da ata.

Compete a esta Comissão, examinar o balanço, balancetes, relatórios financeiros, prestações de contas e respectiva documentação, restituindo-os à Diretoria, com manifestação registrada em ata sobre sua regularidade ou não e eventuais ressalvas, para posterior apreciação do Plenário, cabendo-lhe, ainda, a análise do Processo de Prestação de Contas anual.

5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Em casos que necessite de ação correcional é designada comissão para atuação. No exercício em referência, não houve atos ilícitos que demandassem a instauração de processos administrativos disciplinares.

5.5 - Gestão de riscos e controles internos

A estrutura de controle interno do CRECI - 11ª Região/SC prevista no Regimento Padrão (Resolução-COFECI nº 1.126/2009) é o Conselho Fiscal, que é constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, cabendo aos primeiros escolher dentre eles o seu Coordenador.

Compete ao Conselho Fiscal examinar o balanço, balancetes, relatórios financeiros, prestações de contas e respectiva documentação, restituindo-os à Diretoria, com manifestação registrada em ata sobre sua regularidade ou não e eventuais ressalvas, para posterior apreciação do Plenário, cabendo-lhe, ainda, a análise do Processo de Prestação de Contas anual.

5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Os administradores, membros da Diretoria e conselheiros não recebem qualquer tipo de remuneração por parte da Entidade, tendo em vista que estes serviços prestados tem caráter voluntário e gratuito. Recebem apenas diárias, quando em deslocamento superior a 50 km de sua cidade de origem e jeton quando da participação em Reunião de Diretoria e Sessão Plenária.

5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

A Empresa Mullereyng Auditores Independentes S/S contratada através de processo licitatório, é responsável pela prestação de serviços de auditoria nas áreas contábil, administrativo, financeiro e de controle interno no decorrer do exercício, com trabalhos intermediários periódicos conforme a necessidade, a ao final do exercício a execução de serviços de auditoria do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas pelos órgãos fiscalizadores competentes.

Anualmente esta empresa emite um Relatório de Auditoria conforme ANEXO I do Relatório de Gestão.

6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 - Canais de acesso do cidadão

O acesso ao cidadão se dá por intermédio do telefone fixo (48) 3203-9200 e dos e-mails ouvidoria@creci-sc.gov.br e creci@creci-sc.gov.br para informações em geral.

Nesses canais, as demandas são recebidas e encaminhadas ao setor competente que dá a diligência necessária para cada caso.

6.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina - 11ª Região, não possui uma ferramenta específica capaz de mensurar o grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

É através da demanda recebida pelo setor de Ouvidoria que temos o feedback da categoria e sociedade em geral.

6.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O CRECI - 11ª Região/SC assegura por meio do Portal "Transparência Pública" em seu site (www.creci-sc.gov.br/en-us/l/transparencia-publica) algumas informações referentes à estrutura organizacional, licitações, receitas e despesas e perguntas frequentes.

Tendo em vista a obrigatoriedade de cumprimento da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012 que visam à transparência no que se refere ao desenvolvimento do controle social da administração pública, este Conselho está formulando a reestruturação de seu portal para o cumprimento da referida legislação.

6.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O CRECI - 11ª Região/SC atualmente está instalado em um prédio que não contempla acesso adequado aos cidadãos conforme a Lei 10098/00, porém este Conselho já adquiriu um imóvel, onde será instalado seu novo Centro Administrativo e o projeto já atende as medidas necessárias que garantam acessibilidade aos produtos, serviços e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência.

7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 - Desempenho financeiro no exercício

No exercício, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina 11ª Região atingiu um superávit patrimonial no valor de R\$ 3.185.719,62 (Três milhões, cento e oitenta e cinco mil setecentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos), um superávit financeiro no valor de R\$ 279.279,03 (Duzentos e setenta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e três centavos) e um superávit orçamentário no valor de R\$ 238.686,86 (Duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

Ficou evidenciado no exercício um aumento da inadimplência em relação a débitos de profissionais, principalmente em relação aos créditos em execução fiscal.

7.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição acrescido do Ajuste de Avaliação Patrimonial, ajustado por depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução COFECI nº 1.352/14 que estabelece procedimentos obrigatórios para registro, baixa, avaliação e depreciação de bens patrimoniais no âmbito do Sistema COFECI/CRECI. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Foi realizado um Inventário Patrimonial neste Conselho onde foram atualizados todos os bens a valor presente e cadastrados no sistema de Contabilidade em 31/12/2013. No exercício de 2014 por falta de uma Resolução que dispusesse a respeito, não foi realizado a depreciação/amortização do exercício, porém em 2015, foi feito de forma retroativa essa depreciação/amortização referente aos exercícios de 2014 e 2015, ajustando assim o valor de cada bem em conformidade com a legislação.

7.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina 11ª Região não realiza sistemática de apuração de custos por falta de um sistema informatizado que auxilie nesse controle e também por falta de pessoal que fique responsável por estes procedimentos.

7.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e sua nova harmonização

internacional; aos Princípios Contábeis geralmente aceitos, as interpretações e orientações emitidas pelo CFC e as instruções de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC; e são elaboradas em conformidade ao que determina a "Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público" do "Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público", da secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico e estão apresentadas no Anexo II do Relatório de Gestão. A Administração da Autarquia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas na Resolução CFC nº 1.132/08, que determina que o registro deva ser efetuado em idioma e moeda corrente nacionais.

As principais práticas utilizadas na preparação das Demonstrações Contábeis, bem como para o tratamento contábil para avaliação e mensuração dos ativos e passivos do CRECI - 11ª Região/SC estão evidenciados nas Notas Explicativas, vide Anexo II.

8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 - Gestão de pessoas

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina, por meio de sua estrutura organizacional e de pessoal, aprovada pelos Atos Normativos nº 073, 074, 075 e 076/2012, visa informar sua estruturada pessoal, organização, normas de conduta, a fim que sua gestão possa qualificar seus empregados, para disponibilizar a sociedade e especialmente aos Corretores de Imóveis um trabalho mais eficiente e célere.

A estrutura de pessoal deste Conselho será demonstrada a seguir através do detalhamento dos seguintes aspectos: Distribuição da força de trabalho, Distribuição de força efetiva; Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas; Quantidade de servidores por faixa etária e quantidade de servidores por nível de escolaridade; Demonstrativo das despesas com pessoal; Gestão de risco relacionado ao pessoal; Contratação de mão de obra temporária.

8.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

A estrutura de pessoal do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina é estruturada da seguinte forma:

Em dezembro de 2015, contava com um total de 52 (cinquenta e dois) colaboradores, sendo 48 (quarenta e oito) funcionários efetivos e 4 (quatro) cargos em comissão conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 12 – Força de Trabalho

Tipologias de Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Força de Trabalho (1.1+1.2)	52	52	11	2
1.1. Servidores em cargos efetivos	48	48	10	1
1.2. Cargos em comissão	4	4	1	1
1.2.1. Assessoramento Superior	4	4	1	1
1.2.2. Função Gratificada	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	52	52	11	2

Com relação à distribuição da lotação efetiva, verifica-se que apenas os funcionários que possuem cargos em comissão são responsáveis por atividades relativas à área fim desta Entidade conforme quadro abaixo:

Quadro 13 – Distribuição de Lotação Efetiva

Tipologias de Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos	48	0
2. Cargos em Comissão	0	4
3. Total de Funcionários (1+2)	48	4

No que se refere ao detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, percebe-se que 7 (sete) servidores efetivos exercem função de comissão conforme a seguir:

Quadro 14 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias de Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	4	7	0	0
1.1. Funcionários efetivos	0	7	0	0
1.2. Funcionários sem vínculo	4	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Funcionários efetivos	0	0	0	0
Total de Funcionários em Cargo e em Função	4	7	0	0

Os servidores são subdivididos por faixa etária da seguinte forma:

Quadro 15 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária

Tipologias de Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 Anos	De 31 a 40 Anos	De 41 a 50 Anos	De 51 a 60 Anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo efetivo	14	18	8	7	1
1.1. Servidores efetivos	14	18	8	7	1
1.2. Servidores com contratos temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	3	0	1	0
2.1. Assessoramento superior	1	3	0	1	0
2.2. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	14	21	8	8	1

Fica evidenciado no quadro abaixo relativo a distribuição dos servidores por nível de escolaridade que, de um total de 52 (cinquenta e dois) funcionários, cerca de 6% possuem nível fundamental, 27% possuem nível médio, 63% possuem nível superior e 4% possuem pós graduação.

Quadro 16 – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade

Descrição	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de Cargo efetivo	0	0	0	3	13	30	0	0	0	0
1.1. Servidores efetivos	0	0	0	3	13	30	2	0	0	0
1.2. Servidores com contratos temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0
2.1. Assessoramento superior	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0
2.2. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	3	14	33	2	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1- Analfabeto; 2- Alfabetizado sem cursos regulares; 3- Primeiro grau incompleto; 4- Primeiro grau; 5- Segundo grau ou técnico; 6- Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9- Doutorado/Pós Doutorado / PhD / Livre Docência

8.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal

No demonstrativo abaixo será detalhado os gastos com despesas de pessoal nos exercícios de 2015 e 2014 conforme a tipologia de cada rubrica:

Quadro 17 – Despesas com Pessoal

Tipologia		Salários e Horas Extras	Gratificações	13º Salário	Férias	Indenizações Trabalhistas	Encargos Patronais	Benefícios a Pessoal	Benefícios Assistenciais	Demais Despesas Variáveis	Total
Exercício	2015	1.858.512,56	91.163,69	186.159,89	255.424,04	46.760,85	735.260,33	315.477,56	237.447,35	382.890,15	4.109.096,42
	2014	1.631.302,72	80.274,24	160.261,42	208.783,72	7.485,83	643.295,55	278.805,44	212.819,74	374.152,50	3.597.181,16

8.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Para contratação de pessoal torna-se necessário a realização de Seleção Pública. A remuneração é definida de acordo com o Plano de Cargos e Salários implantado neste Conselho no exercício de 2012, através dos Atos Normativos nº73, 74, 75, 76/2012 e 82 e 83/2013, que estão em conformidade com a realidade administrativa e orçamentária da Entidade. O reajuste salarial é realizado anualmente conforme regulamento do PCS.

A rotatividade nos cargos de menor complexidade torna-se um risco, na medida em que pode comprometer o cumprimento dos objetivos da gestão, desta forma, o CRECI - 11ª Região/SC visando minimizar este risco regulamentou seu normativo de pessoal.

Impende destacar, a insegurança jurídica que os Conselhos Profissionais de Fiscalização vivem hoje em decorrência dos entendimentos conflitantes dos órgãos de controle em relação a qual regime de contratação os Conselhos deve adotar o celetista ou o Regime Jurídico Único. Como não há decisão definitiva sobre o assunto, por precaução, este Conselho não realizará nova Seleção Pública para contratação de pessoal enquanto a questão não for definida pelo judiciário.

8.1.4 - Contratação de mão de obra temporária

Atendendo recomendação do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, o CRECI - 11ª Região/SC terceiriza apenas os serviços de Copa e Limpeza.

Não há contratação de mão de obra temporária de serviços de pessoal.

8.2 - Gestão da tecnologia da informação

O CRECI - 11ª Região adotou a estratégia de terceirização da gestão da tecnologia da informação, desta forma, a Entidade não possui um servidor lotado no setor de TI, bem como não possui nenhum planejamento para tal.

8.2.1 - Principais Sistemas de Informações

O CRECI - 11ª Região/SC terceiriza seus sistemas de informações:, os quais destacaremos a seguir:

Quadro 18 – Principais Sistemas de Informação

Sistema	Finalidade	Departamento	Objetivo	Empresa
HB Conselhos	Gestão	Secretaria; Fiscalização; Financeiro; Ética e Disciplina; Executivo Fiscal e Comunicação.	Controlar as atividades pertinentes aos setores envolvidos	HBSIS Soluções e Tecnologia da Informação Ltda. CNPJ: 81.875.973/0001-76
Plataforma CMS - Java	Site	Comunicação	Transmitir informações no meio digital	MSI Tecnologia Ltda. M.E. CNPJ: 02.523.798/0001-81

Rubi	Folha de Pagamento	Recursos Humanos	Gerir o Sistema de Folha de Pagamento	SOMOS Tecnologia Eireli CNPJ: 18.889.409/0001-76
SISCAC	Contábil	Contabilidade	Controlar receitas e despesas e elaborar demonstrações contábeis	STUDIOS Tecnologia da Informação Ltda. CNPJ: 08.545.231/0001-92

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve no exercício em referência recomendações por parte do TCU.

9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve no exercício em referência recomendações por parte do Órgão de Controle Interno.

9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No exercício em referência não houve situações de danos ao Erário que demandassem a instauração de processo para apurar medidas dessa natureza.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Cumpra registrar, que o CRECI - 11ª Região/SC está em constante busca de melhorias em seus projetos e procedimentos, visando sempre o aprimoramento do cumprimento rigoroso à legislação vigente, bem como as determinações estipuladas pelo TCU. A consequência desse objetivo resultará em maior transparência em todos os atos de gestão deste Conselho.

ANEXO I – Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Presidente e Conselheiros

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA
CATARINA - CRECI 11ª REGIÃO**

Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis do **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - CRECI 11ª REGIÃO**, em 31 de dezembro de 2015, que compreendem o balanço orçamentário, o balanço financeiro, o balanço patrimonial, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da autarquia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - CRECI 11ª REGIÃO**, em 31 de dezembro de 2015, que compreendem o balanço orçamentário, o balanço financeiro, o balanço patrimonial, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

No exercício de 2015 foi procedido ajuste de exercício anterior em montante de R\$ 15.919.672,66, conforme demonstrado na Nota Explicativa 11, relativos a baixa de Dívida Ativa a Receber reconhecida a maior na contabilidade e apropriação para perdas de títulos vencidos a mais de 5 (cinco) anos para os quais os processos de cobrança foram suspensos ou inexistiam. Tal procedimento foi adotado após a autarquia promover a troca de seu software de controle de recebíveis, com início de suas operações de mudança de software em 03/dez./2014, e a migração da totalidade dos registros do software de gestão anteriormente utilizado, facultando assim a correta avaliação de saldos de Dívida Ativa passíveis de recebimento e também os títulos prescritos ou considerados incobráveis a serem apropriados para perdas. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Criciúma, 18 de fevereiro de 2016.

MÜLLER EYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI/ CVM Nº 638

ANEXO II – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - 11ª REGIÃO
RUA TRAJANO - 279 - ED. TRAJANUS - 1º E 2º ANDARES -
FLORIANÓPOLIS -SC
Telefone: (48) 3203-9200

Balanço Orçamentário

Ano do Exercício: 2015

Período: 01/01/2015 até 31/12/2015

Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	13.085.000,00	13.085.000,00	11.568.273,96	1.516.726,04
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	7.915.000,00	7.915.000,00	8.895.554,80	-980.554,80
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.220.000,00	2.220.000,00	1.450.251,27	769.748,73
6.2.1.3	FINANCEIRAS	350.000,00	350.000,00	360.032,79	-10.032,79
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.600.000,00	2.600.000,00	862.435,10	1.737.564,90
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
6.2.2.2	ALIENAÇÕES DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	13.135.000,00	13.135.000,00	11.568.273,96	1.566.726,04
	TOTAL GERAL:			11.568.273,96	

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	11.425.000,00	11.788.000,00	10.157.498,84	10.140.489,75	1.630.501,16
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	4.440.000,00	4.446.000,00	3.888.658,16	3.871.649,07	557.341,84
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	315.000,00	240.000,00	237.447,35	237.447,35	2.552,65
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	4.120.000,00	4.488.000,00	3.679.144,71	3.679.144,71	808.855,29
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.550.000,00	2.614.000,00	2.352.248,62	2.352.248,62	261.751,38
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	1.710.000,00	1.347.000,00	1.189.097,42	1.189.097,42	157.902,58
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	1.510.000,00	1.347.000,00	1.189.097,42	1.189.097,42	157.902,58
6.3.2.9	RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS DESPESAS:	13.135.000,00	13.135.000,00	11.346.596,26	11.329.587,17	1.788.403,74
	SUPERÁVIT				238.686,79	
	TOTAL GERAL:				11.568.273,96	

CARLOS JOSUÉ BEIMS
CPF: 475.747.049-53
(Presidente)

FERNANDO OSVALDO BRAGA MOREIRA
CPF: 050.357.839-87
(Tesoureiro)

JULIANA DA COSTA SCHWEITZER DELDUQUE
CPF: 063.076.099-31
CRC: SC 35580
(Contador)



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - 11ª REGIÃO
RUA TRAJANO - 279 - ED. TRAJANUS - 1º E 2º ANDARES -
FLORIANÓPOLIS -SC
Telefone: (48) 3203-9200

Número Conta	Ingressos Títulos	Valor	Número Conta	Dispêndios Títulos	Valor
	RECEITA ORÇAMENTARIA	11.568.273,96		DESPESA ORÇAMENTARIA	11.329.587,17
6.2.3	RECEITAS CORRENTES REALIZADA	11.568.273,96	6.3.5	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	10.140.489,75
6.2.4	RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	6.3.6	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	1.189.097,42
	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	12.846.075,69		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	12.805.483,45
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	388.035,05	1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	374.075,44
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	25.312,07	1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	0,00
1.1.5.1	VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	52.248,64	1.1.5.1	VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	20.246,75
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	2.414.240,75	2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	2.414.240,75
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	735.260,33	2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	735.260,33
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	6.522.308,29	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	6.522.897,69
2.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	2.238.478,62	2.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	2.238.478,62
2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	108.314,89	2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	367.101,01
2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	107.870,79	2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	107.870,79
3.9.1.1.01.01.007	BAIXA DE DIREITOS	2,00	3.9.1.1.01.01.007	BAIXA DE DIREITOS	25.312,07
4.9.1.1.01.01.007	BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	254.004,26	4.9.1.1.01.01.007	BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00
1.1.1.1	DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	859.846,02	1.1.1.1	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.139.125,05
	TOTAL GERAL	25.274.195,67		TOTAL GERAL	25.274.195,67

CARLOS JOSUÉ BEIMS
CPF: 475.747.049-53
(Presidente)

FERNANDO OSVALDO BRAGA MOREIRA
CPF: 050.357.839-87
(Tesoureiro)

JULIANA DA COSTA SCHWEITZER DELDUQUE
CPF: 063.076.099-31
CRC: SC 35580
(Contador)



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - 11ª REGIÃO
RUA TRAJANO - 279 - ED. TRAJANUS - 1º E 2º ANDARES -
FLORIANÓPOLIS -SC
Telefone: (48) 3203-9200

Balanço Patrimonial Comparado

Ano do Exercício: 2015

Período: 01/01/2015 até 31/12/2015

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
1	ATIVO	29.768.419,57	42.926.982,90	2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.768.419,57	42.926.982,90
1.1	ATIVO CIRCULANTE	1.206.190,78	998.185,32	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	640.545,65	1.065.155,94
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.139.125,05	859.846,02	2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	0,00	0,00
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.139.125,05	859.846,02	2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	0,00	0,00
1.1.1.1.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO	151.869,42	245.160,32	2.1.1.2.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	0,00
1.1.1.1.04	BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	117.124,38	117.713,78
1.1.1.1.05	BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	987.255,63	614.685,70	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	117.124,38	117.713,78
1.1.1.1.06	ADIANTAMENTOS	0,00	0,00	2.1.2.1.01	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	841,10	1.789,90
1.1.2.1	CRÉDITOS A RECEBER	0,00	0,00	2.1.2.1.03	FORNECEDORES	116.283,28	115.923,88
1.1.2.1.02	CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	2.1.3	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	179.956,10	438.742,22
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	46.818,98	86.090,66	2.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	46.818,98	60.778,59	2.1.3.2.01	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
1.1.3.1.01	ADIANTAMENTOS A PESSOAL	46.818,98	60.778,59	2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	179.956,10	438.742,22
1.1.3.1.02	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	0,00	0,00	2.1.3.3.01	VALORES EM TRÂNSITO	179.956,10	438.742,22
1.1.3.3	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	2.1.4	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	242.231,42	247.456,72

1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	2.1.4.2	PROVISÕES TRABALHISTAS (P)	242.231,42	247.456,72
1.1.3.5.01	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	2.1.4.2.01	PROVISÕES TRABALHISTAS (P)	242.231,42	247.456,72
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	0,00	25.312,07	2.1.5	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00
1.1.3.6.01	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	0,00	25.312,07	2.1.5.1	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
1.1.5	VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	20.246,75	52.248,64	2.1.5.3	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
1.1.5.1	VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	20.246,75	52.248,64	2.1.5.3.01	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
1.1.5.1.01	VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	20.246,75	52.248,64	2.1.6	VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
				2.1.9	RECEITAS ANTECIPADAS	101.233,75	261.243,22
				2.1.9.1	RECEITAS ANTECIPADAS	101.233,75	261.243,22
				2.1.9.1.01	RECEITAS ANTECIPADAS	101.233,75	261.243,22
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	28.562.228,79	41.928.797,58	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.643.094,60	34.747.398,98	2.2.1	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	0,00	0,00
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	20.643.094,60	34.747.398,98	2.2.1.1	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	0,00	0,00
1.2.1.1.03	DÍVIDA ATIVA EXECUTADA	20.643.094,60	34.747.398,98	2.2.2.1	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	7.919.134,19	7.181.398,60				
1.2.2.2	IMOBILIZADO	7.896.754,18	7.151.398,60				
1.2.2.2.01	BENS MÓVEIS	1.180.580,09	1.180.462,39				
1.2.2.2.02	BENS IMÓVEIS	7.157.479,93	5.970.936,21				
1.2.2.2.03	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (-)	-441.305,84	0,00				
1.2.2.3	INTANGÍVEL	22.380,01	30.000,00				
1.2.2.3.01	INTANGÍVEL	30.000,00	30.000,00				
1.2.2.3.02	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)	-7.619,99	0,00				

	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.127.873,92	41.861.826,96
	2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.127.873,92	41.861.826,96
	2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.127.873,92	41.861.826,96
	2.3.1.1.01	PATRIMÔNIO SOCIAL	29.127.873,92	41.861.826,96
	2.3.1.1.01.01	RESULTADOS ACUMULADOS	29.127.873,92	41.861.826,96
	2.3.1.1.01.01.001	DO EXERCÍCIO	3.185.719,62	5.060.123,95
	2.3.1.1.01.01.002	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	41.699.014,89	36.638.890,94
	2.3.1.1.01.01.003	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-15.756.860,59	162.812,07

CARLOS JOSUÉ BEIMS
CPF: 475.747.049-53
(Presidente)

FERNANDO OSVALDO BRAGA MOREIRA
CPF: 050.357.839-87
(Tesoureiro)

JULIANA DA COSTA SCHWEITZER DELDUQUE
CPF: 063.076.099-31
CRC: SC 35580
(Contador)



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - 11ª REGIÃO
RUA TRAJANO - 279 - ED. TRAJANUS - 1º E 2º ANDARES -
FLORIANÓPOLIS -SC
Telefone: (48) 3203-9200

Demonstração de Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2015

Período: 01/01/2015 até 31/12/2015

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	16.540.865,48	15.674.959,67	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	13.355.145,86	10.614.835,72
4.1	CONTRIBUIÇÕES	14.018.235,32	12.963.151,88	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.717.108,37	3.233.678,93
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	14.018.235,32	12.963.151,88	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.717.108,37	3.233.678,93
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	14.018.235,32	12.963.151,88	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.717.108,37	3.233.678,93
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.736.550,44	2.196.499,57	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	22.874,10	17.376,00
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.736.550,44	2.196.499,57	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	22.874,10	17.376,00
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.736.550,44	2.196.499,57	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	22.874,10	17.376,00
4.3	FINANCEIRAS	434.870,31	356.864,61	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	4.279.433,20	5.221.735,69
4.3.1	FINANCEIRAS	434.870,31	356.864,61	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	4.279.433,20	5.221.735,69
4.3.1.1	FINANCEIRAS	434.870,31	356.864,61	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	4.279.433,20	5.221.735,69
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	113.770,00	34.500,00
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	113.770,00	34.500,00
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	113.770,00	34.500,00
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1.291.617,43	0,00
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1.291.617,43	0,00
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1.291.617,43	0,00
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	351.209,41	158.443,61	3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.238.478,62	2.104.255,48

				3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.691.864,14	3.289,62
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	351.209,41	158.443,61	3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.238.478,62	2.104.255,48
				3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.691.864,14	3.289,62
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	351.209,41	158.443,61	3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.238.478,62	2.104.255,48
				3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.691.864,14	3.289,62
					SUPERAVIT	3.185.719,62	5.060.123,95
					TOTAL:	16.540.865,48	15.674.959,67

CARLOS JOSUÉ BEIMS
CPF: 475.747.049-53
(Presidente)

FERNANDO OSVALDO BRAGA MOREIRA
CPF: 050.357.839-87
(Tesoureiro)

JULIANA DA COSTA SCHWEITZER DELDUQUE
CPF: 063.076.099-31
CRC: SC 35580
(Contador)



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - 11ª
REGIÃO**
**RUA TRAJANO - 279 - ED. TRAJANUS - 1º E 2º ANDARES -
FLORIANÓPOLIS -SC**
Telefone: (48) 3203-9200

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Período: 01/01/2015 até 31/12/2015

Descrição	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	1.468.376,45	738.037,01
Ingressos	24.414.349,65	26.458.381,32
Receitas	11.568.273,96	11.137.528,04
Receitas de Contribuições	8.895.554,80	7.158.119,09
Exploração de Bens e Serviços	1.450.251,27	2.067.436,82
Financeiras	360.032,79	350.644,28
Outras Receitas Correntes	862.435,10	1.561.327,85
Transferencias Correntes	0,00	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	12.846.075,69	15.320.853,28
Desembolsos	22.945.973,20	25.720.344,31
Despesas	10.140.489,75	10.558.747,98
Pessoal e Encargos	3.871.649,07	3.384.361,42
Benefícios Assistenciais	237.447,35	212.819,74
Uso de Bens e Serviços	3.679.144,71	4.822.811,34
Financeiras	0,00	0,00
Transferencias Correntes	2.352.248,62	2.138.755,48
Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00
Pagamentos Extra-Orçamentários	12.805.483,45	15.161.596,33
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	1.468.376,45	738.037,01
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-1.189.097,42	-2.386.491,00
Ingressos	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00
Alienações de Títulos e Ações	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Concedidos	0,00	0,00

Transferências de Capital	0,00	0,00
Desembolsos	1.189.097,42	2.386.491,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.189.097,42	2.386.491,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-1.189.097,42	-2.386.491,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	279.279,03	-1.648.453,99
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	859.846,02	2.508.300,01
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.139.125,05	859.846,02

CARLOS JOSUÉ BEIMS

CPF: 475.747.049-53
(Presidente)

FERNANDO OSVALDO BRAGA MOREIRA

CPF: 050.357.839-87
(Tesoureiro)

JULIANA DA COSTA SCHWEITZER
DELDUQUE

CPF: 063.076.099-31
CRC: SC 35580
(Contador)

**CONSELHO REGIONAL DE
CORRETORES DE IMÓVEIS DE
SANTA CATARINA - CRECI 11ª
REGIAO**

Florianópolis - SC

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2015**

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE
SANTA CATARINA - CRECI 11ª REGIÃO**

Florianópolis - SC

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

NOTA 01 -CONTEXTO OPERACIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA - CRECI 11ª REGIÃO** é órgão de disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Corretor de Imóveis, constituído em autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Trabalho, com autonomia administrativa, operacional e financeira, tendo sua estrutura e organização estabelecidos pelo Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI.

NOTA 02 -APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da sociedade em 18 de fevereiro de 2016.

A) BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e sua nova harmonização internacional; aos Princípios Contábeis geralmente aceitos, as interpretações e orientações emitidas pelo CFC e as Instruções de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC; e são elaboradas em conformidade ao que determina a “Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público” do “Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

B) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

C) MOEDA FUNCIONAL

A Administração da Autarquia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas na Resolução CFC nº 1.132/08, que determina que o registro deve ser efetuado em idioma e moeda corrente nacionais.

D) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para devedores duvidosos e o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 03 -PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressalta-se:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Autarquia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Autarquia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Autarquia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Autarquia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Autarquia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Autarquia possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo CRECI, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal:

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou Autarquias do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

RECEBÍVEIS

Os créditos a receber são valores oriundos da fixação de multas, anuidades e emolumentos pelo COFECI, devidos aos Conselhos Regionais (Lei nº 6.530/1978, art. 16, inciso VII). Saldos apresentados pelos valores originais, conforme determina a Resolução CFC nº 1.137/08, ajustados por provisão para devedores duvidosos.

EXIGÍVEIS

Abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial.

A Autarquia não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) DÍVIDA ATIVA EXECUTADA

A Dívida Ativa Executada é oriunda do crédito referente a anuidades e taxas estabelecidas pelo COFECI, bem como as multas impostas por infração à legislação disciplinadora do exercício da profissão dos Corretores de Imóveis, regularmente inscrita, após o encerramento do exercício respectivo, cobrados por meio de execuções fiscais, por serem tributos federais, sem prejuízo do cancelamento do registro profissional do corretor de imóveis inadimplente, após o devido processo legal.

C) IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição acrescido do Ajuste de Avaliação Patrimonial, ajustado por depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução COFECI nº 1.352/14. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

D) FORNECEDORES

Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços devidos até a data do balanço, originários de empenhos processados e pagos no exercício subsequente.

E) PROVISÕES TRABALHISTAS

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

F) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Demonstrados por valores de realização/ obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

G) APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/ DÉFICIT

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência de exercícios para a apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

NOTA 04 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o rendimento financeiro reconhecido no resultado do período. Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades são depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 101/2000.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	SALDO EM 31/12/2014
CAIXA	-	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO	151.869,42	245.160,32
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	987.255,63	614.685,70
TOTAL	1.139.125,05	859.846,02

NOTA 05 – DÍVIDA ATIVA EXECUTADA

Saldos registrados pelo valor original, líquidos do reconhecimento das multas e juros estabelecidos pelo COFECI, já deduzidos da Provisão para Devedores Duvidosos. Como segue:

DESCRIÇÃO	SALDO
DÍVIDA ATIVA - EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.057.730,45
DÍVIDA ATIVA - 2015	5.249.482,22
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(1.664.118,07)
TOTAL	20.643.094,60

A Provisão para Devedores Duvidosos foi constituída com base na média das receitas geradas no últimos 3 (três) anos em relação à média de perdas incorridas neste mesmo período, relativos a títulos vencidos a mais de 5 (cinco) anos sem cobrança judicial ou títulos em cobrança judicial que foram declarados como “suspensos”.

A seguir é demonstrado o cálculo da Provisão para Devedores Duvidosos relativa ao exercício de 2015:

EXERCÍCIO	RECEITAS (CONTRIBUIÇÕES + SERVIÇOS)	PERDAS
2013	12.978.415,65	890.896,01
2014	15.159.651,45	1.069.014,10
2015	15.439.404,76	1.291.617,43
MÉDIA 3 (TRÊS) ANOS	14.525.823,95	1.083.842,51
% PDD		7,46%

DÍVIDA ATIVA	22.307.212,67
% PDD	7,46%
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	1.664.118,07

NOTA 06 – IMOBILIZADO

Saldo contábil apresenta a seguinte movimentação no decorrer do exercício de 2015:

DESCRIÇÃO	SALDO EM	AQUISIÇÕES DEPRECIÇÃO	BAIXAS	SALDO EM
	31/dez./14	R\$	R\$	31/dez./15
Imobilizado	7.151.398,60	747.791,58	(2.436,00)	7.896.754,18
Bens Imóveis	5.970.936,21	1.186.543,72	-	7.157.479,93
Imóveis	1.875.815,88	-	-	1.875.815,88
Obras em Andamento W1	4.095.120,33	1.186.543,72	-	5.281.664,05
Bens Móveis	1.180.462,39	2.553,70	(2.436,00)	1.180.580,09
Mobiliários em Geral	431.296,10	-	-	431.296,10
Máquinas e Equipamentos	78.010,88	2.553,70	(255,00)	80.309,58
Utensílios de Copa e Cozinha	5.312,00	-	(318,00)	4.994,00
Veículos	464.904,00	-	-	464.904,00
Equipamentos de Processamento de Dados	171.218,50	-	(1.863,00)	169.355,50
Obras de Arte	8.000,00	-	-	8.000,00
Aparelhos e Equip. de Intercomunicações	7.200,00	-	-	7.200,00
Equipamentos para Áudios, Vídeos e Fotos	8.807,64	-	-	8.807,64
Aparelhos de Foto-Cinematográficos e Som	5.713,27	-	-	5.713,27
Depreciação Acumulada	-	(441.305,84)	-	(441.305,84)
Bens Imóveis	-	(128.555,89)	-	(128.555,89)
(-) Imóveis	-	(128.555,89)	-	(128.555,89)
Bens Móveis	-	(312.749,95)	-	(312.749,95)
(-) Máquinas e Equipamentos	-	(14.079,13)	-	(14.079,13)
(-) Utensílios de Copa e Cozinha	-	(861,31)	-	(861,31)
(-) Veículos	-	(167.584,94)	-	(167.584,94)
(-) Equipamentos de Processamento de Dados	-	(51.275,28)	-	(51.275,28)
(-) Mobiliário em Geral	-	(75.122,69)	-	(75.122,69)
(-) Aparelhos Foto-Cinematográficos e Som	-	(1.029,75)	-	(1.029,75)
(-) Aparelhos e Equip. de Intercomunicações	-	(1.297,80)	-	(1.297,80)
(-) Equip. para Áudios, Vídeos e Fotos	-	(1.499,05)	-	(1.499,05)

W1 - O valor de Obras em Andamento refere-se a aquisição de salas comerciais no Edifício Comercial A&A Philipi Business Center, localizado a rua Dr. Fúlvio Aducci no bairro Estreito, na cidade de Florianópolis/SC, onde será localizada a nova sede desta Autarquia, obra com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2016.

NOTA 07 – VALORES EM TRÂNSITO

São representados pelos valores creditados em conta corrente através de depósitos bancários não identificados, e consequentemente não informados pelos credenciados. São registrados pelos valores originais e encontram-se pendentes de identificação e posterior compensação com créditos inscritos em dívida ativa. Saldo inclui honorários advocatícios devidos em razão de serviços prestados a esta Autarquia.

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	VALOR
2011	27.070,79
2012	31.317,82
2013	58.645,84
2014	21.720,63
2015	26.724,56
SOMA (DEPÓSITOS)	165.479,64
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	14.476,46
TOTAL	179.956,10

NOTA 08 – PROVISÕES TRABALHISTAS

A provisão para férias é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CRECI, acrescidas dos respectivos encargos, como demonstrado:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	SALDO EM 31/12/2014
PROVISÃO DE FÉRIAS	187.776,50	193.745,15
ENCARGOS SOCIAIS S/ FÉRIAS	54.454,92	53.711,57
TOTAL	242.231,42	247.456,72

NOTA 09 – RECEITAS ANTECIPADAS

São valores de anuidades referentes ao exercício de 2016 pagas antecipadamente pelos credenciados no decorrer do mês de Dez./2015.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	SALDO EM 31/12/2014
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	87.254,50	221.384,02
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	13.979,25	39.859,20
TOTAL	101.233,75	261.243,22

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits apurados anualmente.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	SALDO EM 31/12/2014
RESULTADOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	41.699.014,89	36.638.890,94
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.185.719,62	5.060.123,95
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(15.756.860,59)	162.812,07
TOTAL	29.127.873,92	41.861.826,96

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis conforme item 24 da Resolução CFC nº 1.132/08.

NOTA 11 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o exercício de 2015 foram procedidos ajustes de exercícios anteriores em montante de R\$ 15.919.672,66, pelas razões abaixo apresentadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
BAIXA DE SALDO DE DÍVIDA ATIVA RECONHECIDO A MAIOR NA CONTABILIDADE EM RELAÇÃO AO SALDO DE RELATÓRIO DE CONTROLE FINANCEIRO (a)	(12.277.258,23)
APROPRIAÇÃO DE PERDAS RELATIVA A TÍTULOS VENCIDOS ATÉ O EXERCÍCIO DE 2009, SEM PROCESSOS DE COBRANÇAS OU COM PROCESSOS SUSPENSOS (b)	(3.427.622,33)
DEPRECIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2014 (c)	(214.792,10)
TOTAL	(15.919.672,66)

Onde:

- (a) A administração do CRECI-SC promoveu a alteração do software de controle operacional e financeiro da Autarquia, objetivando melhor controle do saldo de Dívida Ativa a Receber, bem como um melhor controle de processos judiciais e operacionais de cobrança. Foram procedidas avaliações de saldos e conciliações de títulos para fins de adequação à realidade do saldo de Dívida Ativa a Receber. Com isso foi procedida a baixa de saldo contábil e consequente adequação deste ao saldo do relatório de controle financeiro e à realidade da Autarquia.
- (b) Os títulos vencidos a mais de 5 (cinco) anos e que não possuem processos judiciais de cobrança, ou cujos processos judiciais foram suspensos, foram classificados como prescritos e contabilizados como perdas, sendo que aqueles atingiram tal critério até a data de 31/dez./2014 foram apropriados como ajuste de exercícios anteriores.

- (c) O Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI publicou na data de 29/abr./2015 a Resolução nº 1.352/14 onde são estabelecidos os procedimentos obrigatórios para registro, baixa, avaliação e depreciação de bens patrimoniais no âmbito do COFECI-CRECI. No apêndice “Normas Complementares Sobre Depreciação” são determinadas as vidas úteis dos bens patrimoniais, bem como o valor residual estimado para cada espécie de bem.

NOTA 12 – RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial foi apurado com base no regime de competência das variações patrimoniais aumentativas (receitas) e das variações patrimoniais diminutivas (despesas), escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a Resolução CFC n.º 1.132/08.

DESCRIÇÃO	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	16.540.865,48	15.674.959,67
(-) VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	(13.355.145,86)	(10.614.835,72)
RESULTADO PATRIMONIAL	3.185.719,62	5.060.123,95

NOTA 13 – RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre as receitas e as despesas orçamentárias e extra orçamentárias, determinando o saldo disponível do exercício, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64.

DESCRIÇÃO	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RECEITA ORÇAMENTARIA	11.568.273,96	11.137.528,04
RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	12.846.075,69	15.320.853,28
(-) DESPESA ORÇAMENTARIA	(11.329.587,17)	(12.945.238,98)
(-) DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	(12.805.483,45)	(15.161.596,33)
RESULTADO FINANCEIRO	279.279,03	(1.648.453,99)

NOTA 14 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas correntes e de capital previstas e realizadas, em comparação com as despesas correntes e de capital liquidadas no exercício.

DESCRIÇÃO	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RECEITA REALIZADA	11.568.273,96	11.137.528,04
(-) DESPESA LIQUIDADA	(11.329.587,10)	(12.945.238,98)
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	238.686,86	(1.807.710,94)

NOTA 15 – VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA – TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

Referem-se à cota-parte a ser repassada ao COFECI, de 20% sobre o valor arrecadado de anuidade, reconhecidas contabilmente pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
COTA PARTE	2.238.478,62	2.104.255,48
TOTAL	2.238.478,62	2.104.255,48

Estes valores são liquidados diretamente pela instituição financeira quando do recebimento dessas anuidades.